

NOVO REGIMENTO



CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SENADO FEDERAL)

PLS Nº 050/90



APENSOS PLS
- 2.105/89
(3.445/89)
- 4.252/89
- 5.270/90
(5.355/90)
- 5.281/90

ASSUNTO:

Estabelece novas disposições penais e processuais penais para os crimes de seqüestro e extorsão mediante seqüestro, e dá outras providências.

DESPACHO: CONST. E JUSTIÇA E DE RED. - APENSE-SE A ESTE OS PL Nºs 2.105/89, 4.252/89, 5.270/90, 5.281/90, 5.355/90.

À COM. CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDA- em 28 de JUNHO de 19 90
ÇÃO

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado, em ____ 19 ____
O Presidente da Comissão de Justiça e de Redação
Ao Sr. _____, em ____ 19 ____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em ____ 19 ____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em ____ 19 ____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em ____ 19 ____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em ____ 19 ____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em ____ 19 ____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em ____ 19 ____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em ____ 19 ____
O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º 5405 DE 19 90

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 5.405, DE 1990

(DO SENADO FEDERAL)

PLS Nº 050/90



Estabelece novas disposições penais e processuais penais para os crimes de seqüestro e extorsão mediante seqüestro, e dá outras providências.

(À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO - APENSE-SE A ESTE OS PROJETOS DE LEI Nºs 2.105/89, 4.252/89, 5.270/90, 5.281/90 e 5.355/90)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 5.405, DE 1990

(Do Senado Federal)

PLS n.º 50/90

Estabelece novas disposições penais e processuais penais para os crimes de seqüestro e extorsão mediante seqüestro, e dá outras providências.

(À Comissão de Constituição e Justiça e de Redação — Apense-se a este os Projetos de Lei n.ºs 2.105/89, 4.252/89, 5.270/90, 5.281/90 e 5.355/90.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os arts. 75, 83, 109, 148 e 159 do Código Penal (Decreto-Lei n.º 3.869, de 3 de outubro de 1941) passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 75. Salvo nas hipóteses previstas nos arts. 148 e 159 deste Código, o tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a trinta anos.

.....

Art. 83

.....

V — em se tratando dos crimes previstos nos arts. 148 e 159 deste Código, tenha colaborado, de forma efetiva, para o impedimento ou elucidação do crime e para identificação e punição dos demais culpados.

.....

Art. 109

.....

Parágrafo único. Os crimes previstos nos arts. 148 e 159 deste Código são imprescritíveis.

.....

Art. 148. Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado:

Pena — reclusão de seis a quinze anos e multa.

§ 1.º A pena é de reclusão de sete a dezoito anos:

I — se a vítima é ascendente, descendente ou cônjuge do agente;

II — se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital;

III — se a privação da liberdade dura mais de vinte e quatro horas.

§ 2.º Se resulta à vítima, em razão dos maus tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral:

Pena — reclusão de oito a vinte anos e multa.

§ 3.º Quem, intencionalmente, facilitar, colaborar ou concorrer para a prática de delitos previstos neste artigo, fica sujeito à mesma pena, observados o grau de culpa ou intensidade da participação.

.....
Art. 159. Seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem como condição ou preço do resgate:

Pena — reclusão de doze a dezoito anos e multa.

§ 1.º Se o seqüestro dura mais de vinte e quatro horas, se o seqüestrado é menor de dezoito anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha:

Pena — reclusão, de dez a vinte e dois anos e multa.

§ 2.º A pena prevista no parágrafo anterior é aumentada de 1/10 por cada dia de duração do seqüestro.

§ 3.º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave ou estupro:

Pena — reclusão de quinze a vinte e quatro anos e multa.

§ 4.º Se resulta a morte:

Pena — reclusão de vinte e oito a trinta anos e multa.

.....
§ 5.º Reputa-se hediondo o crime de seqüestro quando qualificado pelos eventos morte, lesão corporal de natureza grave ou estupro, sendo, nestes casos, insuscetível de fiança, graça ou anistia."

Art. 2.º O art. 594 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941) passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 594.

Parágrafo único. O condenado pelos crimes previstos nos arts. 148 ou 159 do Código Penal não poderá, em hipótese alguma, apelar sem antes recolher-se à prisão."

Art. 3.º A pena pelos crimes previstos nos arts. 148 e 159 do Código Penal será cumprida, integralmente, em regime fechado, não se admitindo remição pelo trabalho realizado nos estabelecimentos de detenção.

Art. 4.º Em nenhuma hipótese será concedida liberdade provisória, com ou sem fiança, nos crimes previstos nos arts. 148 e 159 do Código Penal.

Art. 5.º O seqüestro praticado com motivação política será punido, exclusivamente, na forma desta lei.

Art. 6.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 27 de junho de 1990. — Senador Nelson Carneiro, Presidente.

*LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA
PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL*

DECRETO-LEI N.º 3.689, DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

LIVRO I

Do processo em geral

.....

TÍTULO V

Da competência

.....

CAPÍTULO IV

Da competência por distribuição

Art. 75 A precedência da distribuição fixará a competência quando, na mesma circunscrição judiciária, houver mais de um juiz igualmente competente.

Parágrafo único. A distribuição realizada para o efeito da concessão de fiança ou da decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa prevenirá a da ação penal.

.....

CAPÍTULO VI

Da competência por prevenção

.....

Art. 83. Verificar-se-á a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecipado aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa (arts. 70, § 3.º, 71, 72, § 2.º, e 78, n.º II, letra c).

.....

TÍTULO VI

Das questões e processos incidentes

.....

CAPÍTULO II

Das exceções

.....

Art. 109. Se em qualquer fase do processo o juiz reconhecer motivo que o torne incompetente, declará-lo-á nos autos, haja ou não alegação da parte, prosseguindo-se na forma do artigo anterior.

CAPÍTULO VII

Do incidente de falsidade

Art. 148. Qualquer que seja a decisão, não fará coisa julgada em prejuízo de ulterior processo penal ou civil.

TÍTULO VII

Da prova

CAPÍTULO II

Do exame do corpo de delito e das perícias em geral

Art. 159. Os exames de corpo de delito e as outras perícias serão em regra feitos por peritos oficiais.

§ 1.º Não havendo peritos oficiais, o exame será feito por duas pessoas idôneas, escolhidas de preferência as que tiverem habilitação técnica.

§ 2.º Os peritos não oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo.

LIVRO III

Das nulidades e dos recursos em geral

TÍTULO II

Dos recursos em geral

CAPÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO III

Da apelação

Art. 594. O réu não poderá apelar sem recolher-se à prisão, ou prestar fiança, salvo se for primário e de bons antecedentes, assim reconhecido na sentença condenatória, ou condenado por crime de que se livre solto.

SINOPSE

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 50, DE 1990

Estabelece novas disposições penais e processuais penais para os crimes de seqüestro e extorsão mediante seqüestro, e dá outras providências.

Apresentado pelo Senador Odacir Soares

Lido no expediente da sessão de 17-5-90, e publicado no DCN (Seção II) de 18-5-90. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (decisão terminativa), onde poderá receber emendas, após publicação e distribuição em avulsos, pelo prazo de 5 dias úteis.

Em 18-6-90 é a discussão encerrada, após parecer da CCJ proferido pelo Senador Mauro Benevides, favorável com as Emendas n.ºs 1 a 3-CCJ que oferece, devendo a votação proceder-se na sessão de 19-6-90, nos termos regimentais.

Em 20-6-90 é aprovado o projeto com as Emendas n.ºs 1 a 3-CCJ. A Comissão Diretora para a redação final. Lido o Parecer n.º 211 — CDIR, relatado pelo Senador Pompeu de Sousa, oferecendo a redação final da matéria. Aprovada a redação final.

A Câmara dos Deputados, com o Ofício SM/n.º 203, de 27-6-90

SM/n.º 203

Em 27 de junho de 1990

A Sua Excelência o Senhor Deputado Luiz Henrique
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei n.º 50, de 1990, constante dos autógrafos juntos, que “estabelece novas disposições penais e processuais penais para os crimes de seqüestro e extorsão mediante seqüestro, e dá outras providências”.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e mais distinta consideração. — Senador **Mendes Canale**, Primeiro Secretário.



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 50, DE 1990

Estabelece novas disposições penais e processuais penais para os crimes de seqüestro e extorsão mediante seqüestro e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os arts. 75, 83, 107, 109, 148 e 159 do Código Penal (Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941) passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 75. Salvo nas hipóteses previstas nos arts. 148 e 159 deste Código, o tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a 30 (trinta) anos.

Art. 83.

V — em se tratando dos crimes previstos nos arts. 148 e 159 deste Código, além dos demais requisitos, tenha colaborado, de forma efetiva, para a elucidação do crime e a punição dos demais culpados.

Art. 107.

IV — pela prescrição, salvo nas hipóteses dos crimes previstos nos arts. 148 e 159 deste Código, decadência ou perempção.

Art. 109.

Parágrafo único. Os crimes previstos nos arts. 148 e 159 deste Código são imprescritíveis.

Art. 148. Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado.

Pena — reclusão de 6 (seis) a 15 (quinze) anos e multa.

§ 1.º A pena é de reclusão de 7 (sete) a 18 (dezoito) anos:

I — se a vítima é ascendente, descendente ou cônjuge do agente;

II — se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital;



III — se a privação da liberdade dura mais de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 2.º Se resulta à vítima, em razão dos maus tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral:

Pena — reclusão de 8 (oito) a 20 (vinte) anos e multa.

§ 3.º Quem, de qualquer modo, facilitar, colaborar ou concorrer para a prática de delitos previstos neste artigo fica sujeito à mesma pena, independentemente do grau de culpa ou intensidade da participação.

.....
Art. 159. Seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem como condição ou preço do resgate:

Pena — reclusão de 10 (dez) a 22 (vinte e dois) anos, e multa.

§ 1.º Se o seqüestro dura mais de 24 (vinte e quatro) horas, se o sequestrado é menor de 18 (dezoito) anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha.

Pena — reclusão, de 10 (dez) a 22 (vinte e dois) anos, e multa.

§ 2.º A pena prevista no parágrafo anterior é aumentada de 1/10 por cada dia de duração do seqüestro.

§ 3.º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave ou estupro:

Pena — reclusão de 15 (quinze) a 24 (vinte e quatro) anos e multa.

§ 4.º Se resulta a morte:

Pena — reclusão de 28 (vinte e oito) a 30 (trinta) anos e multa.

§ 5.º Reputa-se hediondo o crime de seqüestro quando qualificado pelos eventos morte, lesão corporal de natureza grave ou estupro, sendo, nestes casos, insuscetível de fiança, graça ou anistia."

Art. 2.º O art. 594 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei n.º 3.689, de 3 de outubro de 1941) passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 594.

Parágrafo único. O condenado pelos crimes previstos nos arts. 148 ou 159 do Código Penal não poderá, em hipótese alguma, apelar sem antes recolher-se à prisão."

Art. 3.º A pena pelos crimes previstos nos arts. 148 e 159 do Código Penal será cumprida, integralmente, em regime fechado, não se admitindo remição pelo trabalho realizado nos estabelecimentos de detenção.

Art. 4.º Em nenhuma hipótese será concedida liberdade provisória, com ou sem fiança, nos crimes previstos nos arts. 148 e 159 do Código Penal.

Art. 5.º O seqüestro praticado com motivação política será punido, exclusivamente, na forma desta lei.

Art. 6.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º São revogadas as disposições em contrário.



Justificação

Visa o presente projeto a coibir uma das atividades delituosas mais nefastas e que cresce dia a dia em qualidade e quantidade.

É sabido o pesadelo por que passam — ou passaram — diversos países quando do aumento desenfreado dos casos de seqüestro, ainda que por vezes engalanados com motivações políticas.

Argentina, Itália, Peru foram algumas das vítimas dessa indústria.

Urge, portanto, sejam tomadas medidas que coibam essa vigorosa atividade nascente. É preciso, sobretudo, que o seqüestro seja considerado sempre um crime grave contra a liberdade individual e, secundariamente, contra o patrimônio. Ainda que no mais das vezes haja pedido de resgate, pode o seqüestro não visar o patrimônio da vítima, mas encobrir outro crime ou obter vantagem indevida de difícil comprovação.

As rigorosas disposições contidas no projeto que trazemos à apreciação desta Casa alcançam, também, os crimes praticados com motivação política.

Por outro lado, nos termos do inciso XLIII do art. 5.º da Constituição Federal, caracteriza o presente projeto o seqüestro, seguido de estupro, lesão corporal grave ou morte, como crime hediondo, sendo por isso considerado inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.

Além disso, em face da gravidade do crime, limita drasticamente — quando não coíbe — qualquer abrandamento da pena, que deve ser cumprida em regime fechado, sem possibilidade de livramento condicional e sem remição, pelo trabalho, da pena.

A liberdade provisória, durante o processo, também não poderá ser decretada em nenhuma hipótese, impedindo-se que o réu fuja para o eventual desfrute da vantagem obtida pelo seqüestro.

Quanto à imprescritibilidade da punibilidade do delito, justifica-se esta pelo permanente interesse, não só estatal, mas da sociedade, na punição de tais crimes.

O aumento da pena destina-se, como é óbvio, a desestimular os eventuais criminosos. Além disso, o crime de seqüestro está frequentemente associado a outros, como tráfico de drogas. O limite de trinta anos estabelecido pelo Código Penal acaba por funcionar como um estímulo aos criminosos, pois atingido o limite de 30 anos, será indiferente o cometimento ou não de outros crimes.

Estas as razões do presente projeto e os objetivos pretendidos, que serão, com certeza, acolhidos pelos nobres Pares.

Sala das Sessões, 17 de maio de 1990. — Senador Odacir Soares.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania — decisão terminativa.)

Publicado no DCN (Seção II), de 18-5-90

As Comissões:
de Constituição e Justiça e Redação.
Apense-se a este os Pl. 2105/89, 4252/89,
5270/90, 5281/90, 5355/90.
Em 27.06.90 Presidente.

Pl. 5405/90.

Estabelece novas disposições penais e processuais penais para os crimes de seqüestro e extorsão mediante seqüestro, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os arts. 75, 83, 109, 148 e 159 do Código Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941) passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 75 - Salvo nas hipóteses previstas nos arts. 148 e 159 deste Código, o tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a trinta anos.

.....
Art. 83 -

.....
V - em se tratando dos crimes previstos nos arts. 148 e 159 deste Código, tenha colaborado, de forma efetiva, para o impedimento ou elucidação do crime e para identificação e punição dos demais culpados.

.....
Art. 109 -

.....
Parágrafo único - Os crimes previstos nos arts. 148 e 159 deste Código são imprescritíveis.

.....
Art. 148 - Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado:

Pena - reclusão de seis a quinze anos e multa.

§ 1º - A pena é de reclusão de sete a dezoito anos:

I - se a vítima é ascendente, descendente ou cônjuge do agente;



II - se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital;

III - se a privação da liberdade dura mais de vinte e quatro horas.

§ 2º - Se resulta à vítima, em razão dos maus tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral:

Pena - reclusão de oito a vinte anos e multa.

§ 3º - Quem, intencionalmente, facilitar, colaborar ou concorrer para a prática de delitos previstos neste artigo, fica sujeito à mesma pena, observados o grau de culpa ou intensidade da participação.

.....
Art. 159 - Seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem como condição ou preço do resgate:

Pena - reclusão de doze a dezoito anos e multa.

§ 1º - Se o seqüestro dura mais de vinte e quatro horas, se o sequestrado é menor de dezoito anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha:

Pena - reclusão, de dez a vinte e dois anos e multa.

§ 2º - A pena prevista no parágrafo anterior é aumentada de 1/10 por cada dia de duração do seqüestro.

§ 3º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave ou estupro:

Pena - reclusão de quinze a vinte e quatro anos e multa.

§ 4º - Se resulta a morte:

Pena - reclusão de vinte e oito a trinta anos e multa.

§ 5º - Reputa-se hediondo o crime de seqüestro quando qualificado pelos eventos morte, lesão corporal de natureza grave ou estupro, sendo, nestes casos, insuscetível de fiança, graça ou anistia."

Art. 2º - O art. 594 do Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941) passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 594 -



Parágrafo único - O condenado pelos crimes previstos nos arts. 148 ou 159 do Código Penal não poderá, em hipótese alguma, apelar sem antes recolher-se à prisão."

Art. 3º - A pena pelos crimes previstos nos arts. 148 e 159 do Código Penal será cumprida, integralmente, em regime fechado, não se admitindo remição pelo trabalho realizado nos estabelecimentos de detenção.

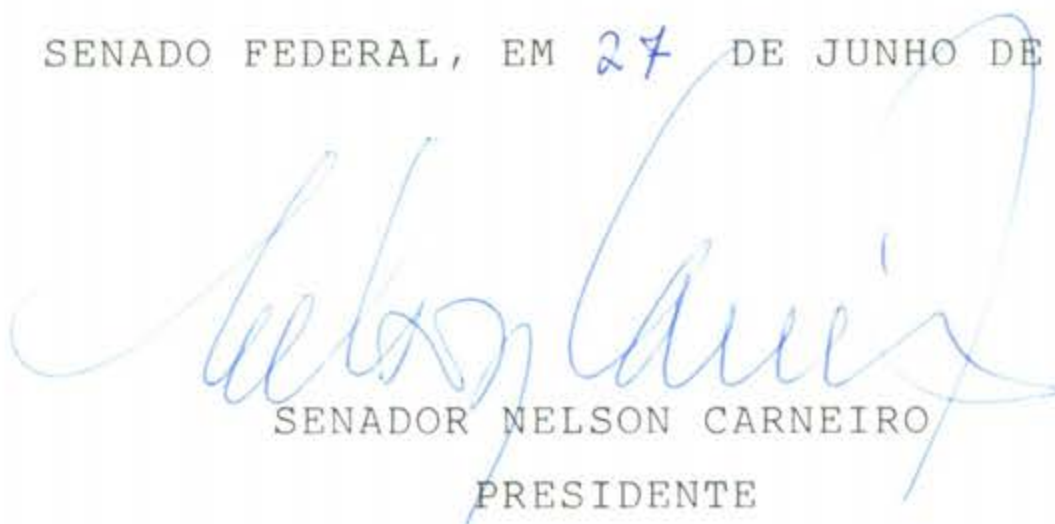
Art. 4º - Em nenhuma hipótese será concedida liberdade provisória, com ou sem fiança, nos crimes previstos nos arts. 148 e 159 do Código Penal.

Art. 5º - O seqüestro praticado com motivação política será punido, exclusivamente, na forma desta Lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 27 DE JUNHO DE 1990



SENADOR NELSON CARNEIRO
PRESIDENTE

JV/.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES



CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

DECRETO-LEI N.º 3.689 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1941 (1)

LIVRO I — DO PROCESSO EM GERAL

TÍTULO V — DA COMPETÊNCIA

CAPÍTULO IV — DA COMPETÊNCIA POR DISTRIBUIÇÃO

Art. 75 — A precedência da distribuição fixará a competência quando, na mesma circunscrição judiciária, houver mais de um juiz igualmente competente.

Parágrafo único — A distribuição realizada para o efeito da concessão de fiança ou da decretação de prisão preventiva ou de qualquer diligência anterior à denúncia ou queixa prevenirá a da ação penal.

CAPÍTULO VI — DA COMPETÊNCIA POR PREVENÇÃO

Art. 83 — Verificar-se-á a competência por prevenção toda vez que, concorrendo dois ou mais juizes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa, um deles tiver antecipado aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia ou da queixa (arts. 70, § 3.º, 71, 72, § 2.º, e 78, n.º II, letra c).

TÍTULO VI — DAS QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

CAPÍTULO II — DAS EXCEÇÕES

Art. 109 — Se em qualquer fase do processo o juiz reconhecer motivo que o torne incompetente, declará-lo-á nos autos, haja ou não alegação da parte, prosseguindo-se na forma do artigo anterior.

CAPÍTULO VII — DO INCIDENTE DE FALSIDADE

Art. 148 — Qualquer que seja a decisão, não fará coisa julgada em prejuízo de ulterior processo penal ou civil.

TÍTULO VII — DA PROVA

CAPÍTULO II — DO EXAME DO CORPO DE DELITO E DAS PERÍCIAS EM GERAL (59)

Art. 159 — Os exames de corpo de delito e as outras perícias serão em regra feitos por peritos oficiais. (60)

§ 1.º — Não havendo peritos oficiais, o exame será feito por duas pessoas idôneas, escolhidas de preferência as que tiverem habilitação técnica.

§ 2.º — Os peritos não oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo. (61)

LIVRO III — DAS NULIDADES E DOS RECURSOS EM GERAL

TÍTULO II — DOS RECURSOS EM GERAL

CAPÍTULO I — DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO III — DA APELAÇÃO

Art. 594 — O réu não poderá apelar sem recolher-se à prisão, ou prestar fiança, salvo se for primário e de bons antecedentes, assim reconhecido na sentença condenatória, ou condenado por crime de que se livre solto. (10)



S I N O P S E

Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1990

Estabelece novas disposições penais e processuais penais para os crimes de seqüestro e extorsão mediante seqüestro, e dá outras providências.

Apresentado pelo Senador Odacir Soares.

Lido no expediente da sessão de 17/5/90, e publicado no DCN (Seção II) de 18/5/90. À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (decisão terminativa), onde poderá receber emendas, após publicação e distribuição em avulsos, pelo prazo de 5 dias úteis.

Em 18/6/90, é a discussão encerrada, após parecer da CCJ proferido pelo Senador Mauro Benevides, favorável com as Emendas nºs 1 a 3 - CCJ que oferece, devendo a votação proceder-se na sessão de 19/6/90, nos termos regimentais.

Em 20/6/90, é aprovado o Projeto com Emendas nºs 1 a 3 - CCJ. À Comissão Diretora para a redação final. Lido o parecer nº 211 - CDIR, relatado pelo Senador Pompeu de Sousa, oferecendo a redação final da matéria. Aprovada a redação final.

À Câmara dos Deputados, com o Ofício SM/Nº 203, de 27.06.90

CÂMARA DOS DEPUTADOS

27 JUN 09 55 016/78

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÕES
PROTOCOLO GERAL



SM/Nº 203

Em 27 de junho de 1990

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 65 da Constituição Federal, o Projeto de Lei nº 50, de 1990, constante dos autógrafos juntos, que "estabelece novas disposições penais e processuais penais para os crimes de seqüestro e extorsão mediante seqüestro, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e mais distinta consideração.

SENADOR MENDES CANALE
Primeiro Secretário

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 27/06/90 ao Senhor
Secretário da Mesa

Deputado LUIZ HENRIQUE
Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Deputado LUIZ HENRIQUE
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
JV/.



PROPOSTA Nº 112, DE 1971

De: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA DO SENADO FEDERAL
Assunto: PROPOSTA Nº 112, DE 1971, DO
SENADO FEDERAL, QUE ALTERA O
ARTIGO 170 DO CONSTITUENTE, PARA
ADAPTAR O SISTEMA DE ELEIÇÃO DO
JURADO TRIUNFAL ÀS CONDIÇÕES
NACIONAIS.

Relator: Senador A. A. de Oliveira

Esta proposta de lei tem por objeto a alteração do
artigo 170 do Ato das Disposições Constitucionais
Transitórias, de 1964, e do artigo 170 do Ato das
Disposições Constitucionais Transitórias, de 1964, para
adaptar o sistema de eleição do Jurado Triunfal às
condições nacionais.

A proposta estabelece que o Jurado Triunfal
seja composto por três membros, sendo dois
eleitos pelo Poder Judiciário e um pelo Poder
Executivo, para julgar os crimes de
tráfico de drogas.

Esta proposta de lei tem por objeto a alteração do
artigo 170 do Ato das Disposições Constitucionais
Transitórias, de 1964, e do artigo 170 do Ato das
Disposições Constitucionais Transitórias, de 1964, para
adaptar o sistema de eleição do Jurado Triunfal às
condições nacionais.

507



SENADO FEDERAL



532

57



Em 1982, o Brasil viveu um período de grande transformação política e social. Nesse contexto, o Senado Federal desempenhou um papel fundamental na defesa da democracia e na promoção da transparência.

Uma das principais ações do Senado foi a criação da Comissão de Inquérito sobre a situação política do país. Essa comissão foi responsável por investigar os fatos ocorridos durante o regime militar e por apresentar recomendações para a melhoria da administração pública.

Além disso, o Senado também atuou na defesa dos direitos humanos e na promoção da justiça social. Por meio de suas comissões permanentes, o órgão buscou garantir que as leis fossem cumpridas e que os cidadãos tivessem acesso aos serviços públicos de qualidade.

Em resumo, o Senado Federal desempenhou um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Suas ações foram fundamentais para a consolidação da democracia e para a promoção do bem-estar da população.

Atualmente, o Senado continua a trabalhar para a melhoria da administração pública e para a defesa dos direitos dos cidadãos. Com o apoio de suas comissões permanentes, o órgão busca garantir que as leis sejam cumpridas e que os serviços públicos sejam de qualidade.

Assinatura



Esta Lei tem por objeto a criação de uma Comissão Especial para estudar e propor ao Congresso Nacional a reforma do Código Penal, tendo em vista a necessidade de atualização das normas penais em vigor, bem como a simplificação e a unificação das penas, a fim de proporcionar maior segurança jurídica e eficiência ao sistema penal brasileiro.

Parágrafo único. A Comissão Especial será composta por membros de ambas as Casas do Congresso Nacional, sendo que a maioria absoluta dos membros será composta por membros do Senado Federal.

ARTIGO 13

§ 1º - A Comissão Especial terá a seguinte composição:

Art. 13.

V - em se tratando dos crimes previstos nos artigos 148 e 149 deste Código, tanto colaterais, os forma efetiva, para o impedimento da elucidação do crime e para identificação e punição dos demais culpados.

ARTIGO 14

§ 1º - A Comissão Especial terá a seguinte composição:

Art. 14.

§ 1º - Quem, intencionalmente, facilitar, colaborar ou concorrer para a prática dos crimes previstos neste artigo fica sujeito às mesmas penas.

GA

[illegible]

Emenda nº 3

alteração do art 107, inciso IV. Pela supressão, portanto, da

Shawyer

COMISSÃO DIRETORA
PARECER Nº 211, DE 1990



Redação final do Projeto de
Lei do Senado nº 50, de 1990.

*Aprovado
A Câmara dos Deputados
em 20.6.90*

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 50, de 1990, de autoria do Senador Odacir Soares, que estabelece novas disposições penais e processuais penais para os crimes de sequestro e extorsão mediante sequestro, e dá outras providências.

Sala de Reuniões da Comissão em 20 de junho de 1990.

Odacir Soares PRESIDENTE

R. F. F. F., RELATOR
I. F. F. F.
G. F. F. F.



ANEXO AO PARECER Nº , DE 1990

Redação final do Projeto de
Lei do Senado nº 50, de 1990.

Estabelece novas disposições
penais e processuais penais para os
crimes de seqüestro e extorsão medi
ante seqüestro, e dá outras providên
cias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os arts. 75, 83, 109, 148 e 159 do Código Penal (De
creto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941) passam a vigorar com as se
guintes alterações:

"Art. 75 - Salvo nas hipóteses previstas nos arts. 148 e 159
deste Código, o tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade
não pode ser superior a trinta anos.

Art. 83 -

V - em se tratando dos crimes previstos nos arts. 148 e 159
deste Código, tenha colaborado, de forma efetiva, para o impedimento ou
elucidação do crime e para identificação e punição dos demais culpados.



Art. 109 -

.....
Parágrafo único - Os crimes previstos nos arts. 148 e 159 deste Código são imprescritíveis.
.....

Art. 148 - Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado..

Pena - reclusão de seis a quinze anos e multa.

§ 1º - A pena é de reclusão de sete a dezoito anos:

I - se a vítima é ascendente, descendente ou cônjuge do agente;

II - se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital;

III - se a privação da liberdade dura mais de vinte e quatro horas.

§ 2º - Se resulta à vítima, em razão dos maus tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral:

Pena - reclusão de oito a vinte anos e multa.

§ 3º - Quem, intencionalmente, facilitar, colaborar ou concorrer para a prática de delitos previstos neste artigo, fica sujeito à mesma pena, observados o grau de culpa ou intensidade da participação.
.....

Art. 159 - Sequestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem como condição ou preço do resgate:

Pena - reclusão de doze a dezoito anos e multa.



§ 1º - Se o seqüestro dura mais de vinte e quatro horas, se o sequestrado é menor de dezoito anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha:

Pena - reclusão, de dez a vinte e dois anos e multa.

§ 2º - A pena prevista no parágrafo anterior é aumentada de 1/10 por cada dia de duração do seqüestro.

§ 3º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave ou estupro:

Pena - reclusão de quinze a vinte e quatro anos e multa.

§ 4º - Se resulta a morte:

Pena - reclusão de vinte e oito a trinta anos e multa.

§ 5º - Reputa-se hediondo o crime de seqüestro quando qualificado pelos eventos morte, lesão corporal de natureza grave ou estupro, sendo, nestes casos, insuscetível de fiança, graça ou anistia."

Art. 2º - O art. 594 do Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941) passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 594 -

Parágrafo único - O condenado pelos crimes previstos nos arts. 148 ou 159 do Código Penal não poderá, em hipótese alguma, apelar sem antes recolher-se à prisão."

Art. 3º - A pena pelos crimes previstos nos arts. 148 e 159 do Código Penal será cumprida, integralmente, em regime fechado, não se admitindo remição pelo trabalho realizado nos estabelecimentos de detenção.

Art. 4º - Em nenhuma hipótese será concedida liberdade provisória, com ou sem fiança, nos crimes previstos nos arts. 148 e 159 do Código Penal.

Art. 5º - O seqüestro praticado com motivação política será punido, exclusivamente, na forma desta Lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.



REQUERIMENTO Nº 153, DE 1990

ANEXO Nº 13/6/90

[Signature]

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea "c", do Regi-
mento Interno, para

o PLS nº 50/90.

Osvaldo Santos (PFL)
José Fogaça (PMDB)
Fernando Henrique Cardoso (PSDB)
Mário Maio (PDT)
Jair Haddad (PSB)
Araújo (PSB)

Orlando - PFC
Jair - PMDB
Jair - PSB
Alcides - PDT

Sala das Sessões, em



Estabelece novas disposições penais e processuais penais para os crimes de seqüestro e extorsão mediante seqüestro, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os arts. 75, 83, 109, 148 e 159 do Código Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941) passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 75 - Salvo nas hipóteses previstas nos arts. 148 e 159 deste Código, o tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a trinta anos.

.....

Art. 83 -

.....

V - em se tratando dos crimes previstos nos arts. 148 e 159 deste Código, tenha colaborado, de forma efetiva, para o impedimento ou elucidação do crime e para identificação e punição dos demais culpados.

.....

Art. 109 -

.....

Parágrafo único - Os crimes previstos nos arts. 148 e 159 deste Código são imprescritíveis.

.....

Art. 148 - Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado:

Pena - reclusão de seis a quinze anos e multa.

§ 1º - A pena é de reclusão de sete a dezoito anos:

I - se a vítima é ascendente, descendente ou cônjuge

do agente;



II - se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital;

III - se a privação da liberdade dura mais de vinte e quatro horas.

§ 2º - Se resulta à vítima, em razão dos maus tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral:

Pena - reclusão de oito a vinte anos e multa.

§ 3º - Quem, intencionalmente, facilitar, colaborar ou concorrer para a prática de delitos previstos neste artigo, fica sujeito à mesma pena, observados o grau de culpa ou intensidade da participação.

.....

Art. 159 - Seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem como condição ou preço do resgate:

Pena - reclusão de doze a dezoito anos e multa.

§ 1º - Se o seqüestro dura mais de vinte e quatro horas, se o sequestrado é menor de dezoito anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha:

Pena - reclusão, de dez a vinte e dois anos e multa.

§ 2º - A pena prevista no parágrafo anterior é aumentada de 1/10 por cada dia de duração do seqüestro.

§ 3º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave ou estupro:

Pena - reclusão de quinze a vinte e quatro anos e multa.

§ 4º - Se resulta a morte:

Pena - reclusão de vinte e oito a trinta anos e multa.

§ 5º - Reputa-se hediondo o crime de seqüestro quando qualificado pelos eventos morte, lesão corporal de natureza grave ou estupro, sendo, nestes casos, insuscetível de fiança, graça ou anistia."

Art. 2º - O art. 594 do Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941) passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 594 -



Parágrafo único - O condenado pelos crimes previstos nos arts. 148 ou 159 do Código Penal não poderá, em hipótese alguma, apelar sem antes recolher-se à prisão."

Art. 3º - A pena pelos crimes previstos nos arts. 148 e 159 do Código Penal será cumprida, integralmente, em regime fechado, não se admitindo remição pelo trabalho realizado nos estabelecimentos de detenção.

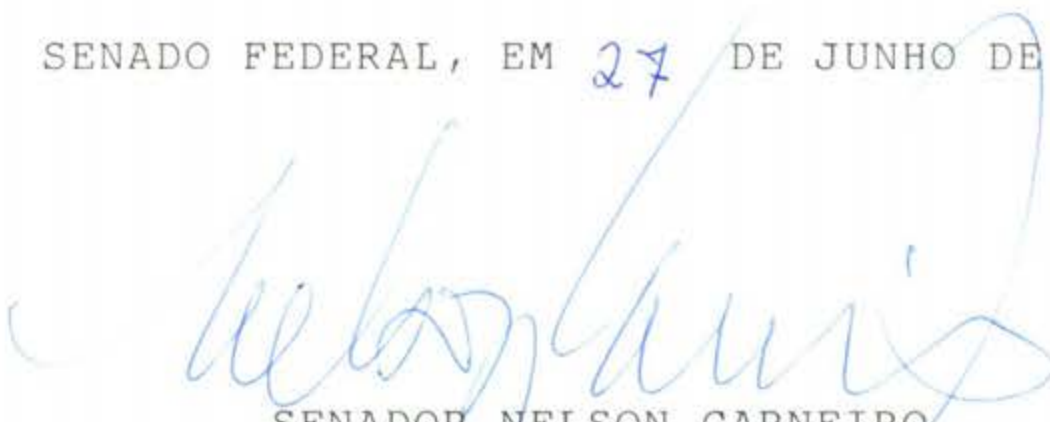
Art. 4º - Em nenhuma hipótese será concedida liberdade provisória, com ou sem fiança, nos crimes previstos nos arts. 148 e 159 do Código Penal.

Art. 5º - O seqüestro praticado com motivação política será punido, exclusivamente, na forma desta Lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 27 DE JUNHO DE 1990


SENADOR NELSON CARNEIRO
PRESIDENTE

PROPOSICAO : PL. 5405 / 90

DATA APRES.: 21/06/90

AUTOR : SENADO FEDERAL

Nr.Origem: PLS.0050/90

Estabelece novas disposicoes penais e processuais penais para os crimes de sequestro e extorsao mediante sequestro, e da outras providencias.

AUTOR NA ORIGEM : ODACIR SOARES - PFL /RD

Despacho :

Constituicao e Justica e de Redacao

Apense-se a este PL.2105/89, PL.4252/89,

PL. 5270/90, PL. 5281/90, e PL. 5355/90.



Recebido em 27/06/90

[Handwritten signature] 11536



CÂMARA DOS DEPUTADOS



*Apurado
Subst. Lúcio
28.6.90
Heli*

PROJETO DE LEI Nº 5.405/90

(Do Senado Federal)

Discussão única do Projeto de Lei nº 5.405, de 1990, que estabelece novas disposições penais e processuais penais para os crimes de seqüestro e extorsão mediante seqüestro, e dá outras providências.

CONCEDO A PALAVRA AO SR. *Roberto Jefferson*
PARA, NA QUALIDADE DE RELATOR DESIGNADO PELA MESA,
PROFERIR PARECER EM SUBSTITUIÇÃO À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

NÃO HÁ ORADORES INSCRITOS

→ ENCERRADA A DISCUSSÃO
EM VOTAÇÃO *SUBSTITUTIVO. APROVADO PROJETO E MAIS OS DE NºS*
O PROJETO; FICAM PREJUDICADOS OS PROJETOS: 3105/89, 4252/89,
5270/90, 5281/90 e 5355/90, A ELE APENSADOS.

~~EM VOTAÇÃO A REDAÇÃO FINAL~~

O PROJETO RETORNA AO SENADO.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

5
Aprovado. 28.6.90
[assinatura]



Senhor Presidente

Nos termos do art. 155 do Regimento Interno, requeremos a Vossa Excelência URGÊNCIA para VOTAÇÃO imediata do Projeto de Lei nº 5.405, de 1990, do Senado Federal, que "Estabelece novas disposições penais e processuais penais para os crimes de seqüestro e extorsão mediante seqüestro, e dá outras providências".

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1990.

[assinatura] - PDT

[assinatura] - PTB

[assinatura] - PMDB

[assinatura] - PFL

[assinatura] - PC do B
[assinatura] - PSD B
[assinatura] - PT

[assinatura] - PCB

[assinatura] - P.L.
[assinatura] - PDS



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES



Brasília, em 28 de junho de 1990

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Senhor Secretário:

Em cumprimento ao despacho do Senhor Presidente
no Projeto de Lei nº 5.405/90, do Senado Federal,
solicito a V. Sª proceder a apensação do (s) Projeto (s) de Lei
nºs. 2.105/89, 4.252/89, 5.270/90, 5.281/90 e 5.355/90 ao de nº
5.405/90, juntando ao processo esta nota e
devolvendo a esta Coordenação a cópia devidamente assinada.

Atenciosamente,

SÍLVIA BARROSO MARTINS

Diretora

APENSADO EM 01/07/90

(Secretário)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Aprovado o Substitutivo ao Projeto
e a Redação Final. Ao Senado
Federal. Em 28-6-90*

Helisberty

Secretário-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 5.405, DE 1990
(PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 50, DE 1990)



Estabelece novas disposições penais e processuais penais para os crimes de seqüestro e extorsão mediante seqüestro, e dá outras providências.

Relator: Deputado ROBERTO JEFFERSON

I - RELATÓRIO

Oriundo do SENADO FEDERAL, chega a esta Casa o Projeto de Lei nº 50, de 1990, que aqui tomou o número 5.405, de 1990, dispondo sobre as penas e o processo para os crimes de seqüestro e extorsão mediante seqüestro, tema que a sociedade brasileira, de uníssonos, verbera e espera deste Poder Legislativo as medidas legais que se de todo não impedirem esse tipo de crime, poderão dissuadir ou desestimular sua proliferação.

Constituída Comissão nesta Casa Legislativa, sob a Presidência do Excelentíssimo Deputado INOCÊNCIO OLIVEIRA, que empresta a dignidade da Primeira Vice-Presidência da Câmara dos Deputados ao tratamento de tão relevante questão, fomos honrados com a designação de Relator, contando com a doura e ilustrada colaboração do nobre Deputado MICHEL TEMER como sub-Relator.

A matéria, nesta Casa, registra tramitação dos Projetos de Lei nºs. 1.507-A, de 1989, do Deputado GEOVANI BORGES; 2.105, de 1989, do Deputado LEONEL JÚLIO; 2.154, de 1989, do Deputado HORÁCIO FERRAZ; 2.529, de 1989, do Deputado KOYU IHA;



2.334, de 1989, do Deputado FREIRE JÚNIOR; 3.734, de 1989, do Poder Executivo (Mensagem nº 546/89); 3.875, de 1989, do Deputado ISMAEL WANDERLEY; 4.252, de 1989, do Deputado CESAR MAIA e os de nºs. 5.270, 5.281 e 5.355, ambos do Deputado AMARAL NETTO.

Entendemos, preliminarmente, quanto à proposição, que o Poder Legislativo não poderia perder esta importante oportunidade para oferecer sua concreta contribuição à legislação penal, tendo em vista, ainda, pela natureza dos crimes que vêm abalando e causando indignação e repulsa da sociedade, o resgate do débito de regulamentação do dispositivo constitucional que pede a definição dos crimes hediondos, entre os quais, necessariamente, se incluem o seqüestro e a extorsão.

Como se colocará adiante no Voto do Relator, que concluirá por um Substitutivo, além do texto que nos chega da Câmara alta, perlustramos, detidamente, a ilustre e valiosa contribuição dos nobres colegas desta Casa, além de termos contado, mesmo que informalmente, com relevantes sugestões do Exmo. Sr. Ministro da Justiça, Bernardo Cabral.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A matéria em foco é de natureza constitucional, pela iniciativa e cumpre preceito carente de regulamentação.

Atende, pela sua expressão, a juridicidade devida e à boa técnica legislativa.

Entendemos, como já explicitado no Relatório, de máxima importância albergar a regulamentação dos crimes dessa natureza, razão pela qual oferecemos à douta consideração dos nobres colegas o Substitutivo em anexo, que dispõe sobre os crimes hediondos e determina outras providências.




Pretendemos ressaltar que, nessa proposta, que traz a ilustre contribuição dos nobres Colegas, é de nossa iniciativa a proposta de criação do Presídio Federal para presos de alta periculosidade, que nas instituições prisionais em seus Estados possam ameaçar a ordem e a incolumidade pública.

Por oportuno, tivemos conhecimento de que o Sr. Presidente da República se apresta a enviar ao Congresso Nacional mensagem contendo proposta de criação do Fundo Previdenciário Federal, cujos recursos irão viabilizar a concretização da providência colimada no presente projeto.

Finalmente, encarecemos a apensação dos Projetos de Lei referidos no Relatório, atendendo à disposição regimental pertinente.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1990


Deputado ROBERTO JEFFERSON
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS



SUBSTITUTIVO DO RELATOR AO PROJETO DE LEI Nº 5.405, DE 1990

Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º São considerados hediondos os crimes de latrocínio (art. 157, § 3º, in fine), extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º), extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º), estupro (art. 213, caput, e sua combinação com o art. 223, caput e parágrafo único), atentado violento ao pudor (art. 214 e sua combinação com o art. 223, caput e parágrafo único), epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º), envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal, qualificado pela morte (art. 270, combinado com o art. 285), todos do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), e de genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), tentados ou consumados.

Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de:

- I - anistia, graça e indulto;
- II - fiança e liberdade provisória.

§ 1º A pena por crime previsto neste artigo será cumprida integralmente em regime fechado.

§ 2º Em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



§ 3º A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1990, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

Art. 3º A União manterá estabelecimentos penais, de segurança máxima, destinados ao cumprimento de penas impostas a condenados de alta periculosidade, cuja permanência em presídios estaduais ponha em risco a ordem ou incolumidade pública.

Art. 4º O § 1º do art. 60 do Código Penal passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º A multa pode ser aumentada se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz, embora aplicada no máximo."

Art. 5º Ao art. 83 do Código Penal é acrescentado o seguinte inciso:

... "V - cumpridos mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza."

Art. 6º Os arts. 157, § 3º; 159, caput, e seus §§ 1º, 2º e 3º; 213; 214; 223, caput e seu parágrafo único; 267, caput, e 270, caput, todos do Código Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 157.

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de cinco a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa."

"Art. 159.

Pena -- reclusão, de oito a quinze anos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



3

§ 1º

Penal -- reclusão, de doze a vinte anos.

§ 2º

Penal -- reclusão, de dezesseis a vinte e quatro anos.

§ 3º

Penal -- reclusão, de vinte e quatro a trinta anos."

"Art. 213.....

Penal -- reclusão, de seis a dez anos."

"Art. 214.....

Penal -- reclusão, de seis a dez anos."

"Art. 223.....

Penal -- reclusão, de oito a doze anos.

Parágrafo único.

Penal -- reclusão, de doze a vinte e cinco anos."

"Art. 267.

Penal -- reclusão, de dez a quinze anos.

....."

"Art. 270.

Penal -- reclusão, de dez a quinze anos.

....."

Art. 7º Ao art. 159 do Código Penal fica acrescentado o seguinte parágrafo:

"§ 4º Se o crime é cometido por quadrilha ou bando, o co-autor que denunciá-lo à autoridade, facilitando a libertação do seqüestrado, terá sua pena reduzida de um a dois terços."

Art. 8º Será de três a seis anos de reclusão



CÂMARA DOS DEPUTADOS



4

a pena prevista no art. 288 do Código Penal, quando se tratar de crimes hediondos, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou terrorismo.

Parágrafo único. O participante e o associado que denunciar à autoridade o bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento, terá a pena reduzida de um a dois terços.

Art. 9º As penas fixadas no art. 6º para os crimes capitulados no art. 157, § 3º, 158, § 2º, 159, caput e seus §§ 1º, 2º e 3º, 213, caput, e sua combinação com o art. 223, caput e parágrafo único, 214 e sua combinação com o art. 223, caput e parágrafo único, todos do Código Penal, são acrescidas de metade, respeitado o limite superior de trinta anos de reclusão, estando a vítima em qualquer das hipóteses referidas no art. 224 também do Código Penal.

Art. 10. O art. 35 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, passa a vigorar acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Os prazos procedimentais deste Capítulo serão contados em dobro quando se tratar dos crimes previstos nos arts. 12, 13 e 14."

Art. 11. Fica acrescido de § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único, o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, com a seguinte redação:

"§ 2º Excluem-se do regime previsto neste artigo os condenados por crime hediondo, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e por terrorismo."

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1990.

Deputado Roberto Jefferson

Relator

As Comissões:
de Constituição e Justiça e Redação.
Apense-se a este os Pl.2105/89, 4252/89,
5270/90, 5281/90, 5355/90.
Em 27.06.90 Presidente,



Pl. 5405/90.

Estabelece novas disposições penais e processuais penais para os crimes de seqüestro e extorsão mediante seqüestro, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os arts. 75, 83, 109, 148 e 159 do Código Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941) passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 75 - Salvo nas hipóteses previstas nos arts. 148 e 159 deste Código, o tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade não pode ser superior a trinta anos.

Art. 83 -

V - em se tratando dos crimes previstos nos arts. 148 e 159 deste Código, tenha colaborado, de forma efetiva, para o impedimento ou elucidação do crime e para identificação e punição dos demais culpados.

Art. 109 -

Parágrafo único - Os crimes previstos nos arts. 148 e 159 deste Código são imprescritíveis.

Art. 148 - Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado:

Pena - reclusão de seis a quinze anos e multa.

§ 1º - A pena é de reclusão de sete a dezoito anos:

I - se a vítima é ascendente, descendente ou cônjuge do agente;



II - se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital;

III - se a privação da liberdade dura mais de vinte e quatro horas.

§ 2º - Se resulta à vítima, em razão dos maus tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral:

Pena - reclusão de oito a vinte anos e multa.

§ 3º - Quem, intencionalmente, facilitar, colaborar ou concorrer para a prática de delitos previstos neste artigo, fica sujeito à mesma pena, observados o grau de culpa ou intensidade da participação.

.....

Art. 159 - Seqüestrar pessoa com o fim de obter, para si ou para outrem, qualquer vantagem como condição ou preço do resgate:

Pena - reclusão de doze a dezoito anos e multa.

§ 1º - Se o seqüestro dura mais de vinte e quatro horas, se o sequestrado é menor de dezoito anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha:

Pena - reclusão, de dez a vinte e dois anos e multa.

§ 2º - A pena prevista no parágrafo anterior é aumentada de 1/10 por cada dia de duração do seqüestro.

§ 3º - Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave ou estupro:

Pena - reclusão de quinze a vinte e quatro anos e multa.

§ 4º - Se resulta a morte:

Pena - reclusão de vinte e oito a trinta anos e multa.

§ 5º - Reputa-se hediondo o crime de seqüestro quando qualificado pelos eventos morte, lesão corporal de natureza grave ou estupro, sendo, nestes casos, insuscetível de fiança, graça ou anistia."

Art. 2º - O art. 594 do Código de Processo Penal (Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941) passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 594 -



Parágrafo único - O condenado pelos crimes previstos nos arts. 148 ou 159 do Código Penal não poderá, em hipótese alguma, apelar sem antes recolher-se à prisão."

Art. 3º - A pena pelos crimes previstos nos arts. 148 e 159 do Código Penal será cumprida, integralmente, em regime fechado, não se admitindo remição pelo trabalho realizado nos estabelecimentos de detenção.

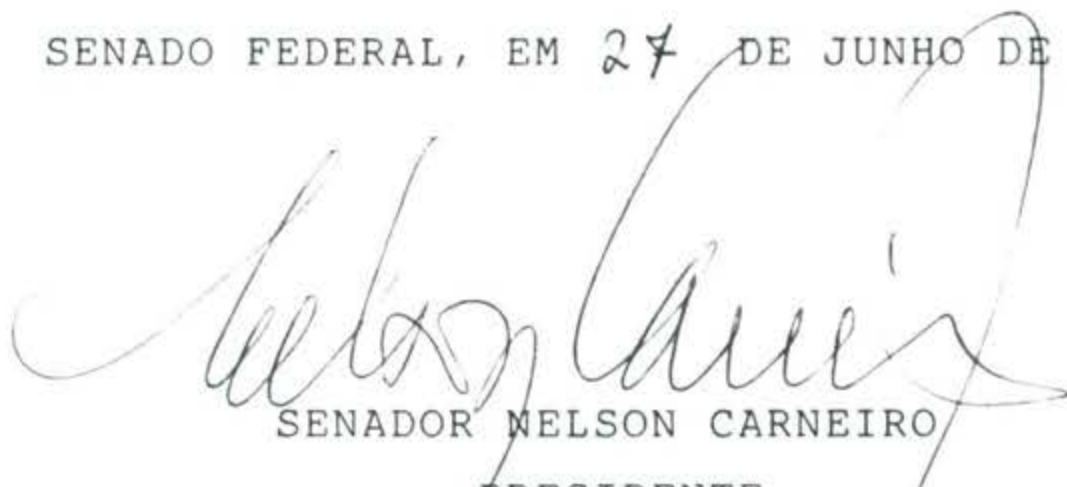
Art. 4º - Em nenhuma hipótese será concedida liberdade provisória, com ou sem fiança, nos crimes previstos nos arts. 148 e 159 do Código Penal.

Art. 5º - O seqüestro praticado com motivação política será punido, exclusivamente, na forma desta Lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 27 DE JUNHO DE 1990



SENADOR NELSON CARNEIRO
PRESIDENTE



REDAÇÃO FINAL DO SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 5.405-A, DE 1990

Substitutivo da Câmara dos Deputados
ao Projeto de Lei nº 5.405-A, de
1990, do Senado Federal (nº 50, de
1990, na origem), que "estabelece
novas disposições penais e proces-
suais penais para os crimes de se-
questro e extorsão mediante se-
questro, e dá outras providências."

Substitua-se o Projeto pelo seguinte:

Dispõe sobre os crimes hediondos,
nos termos do art. 5º, inciso XLIII,
da Constituição Federal, e determina
outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - São considerados hediondos os crimes de la-
trocinio (art. 157, § 3º, *in fine*), extorsão qualificada pela
morte (art. 158, § 2º), extorsão mediante seqüestro e na forma
qualificada (art. 159, *caput*), e seus §§ 1º, 2º e 3º), estupro
(art. 213, *caput*, e sua combinação com o art. 223, *caput* e pará-
grafo único), atentado violento ao pudor (art. 214 e sua combi-
nação com o art. 223, *caput* e parágrafo único), epidemia com re-
sultado morte (art. 267, § 1º), envenenamento de água potável ou



de substância alimentícia ou medicinal, qualificado pela morte (art. 270, combinado com o art. 285), todos do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), e de genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), tentados ou consumados.

Art. 2º - Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de:

- I - anistia, graça e indulto;
- II - fiança e liberdade provisória.

§ 1º - A pena por crime previsto neste artigo será cumprida integralmente em regime fechado.

§ 2º - Em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade.

§ 3º - A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1990, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

Art. 3º - A União manterá estabelecimentos penais, de segurança máxima, destinados ao cumprimento de penas impostas a condenados de alta periculosidade, cuja permanência em presídios estaduais ponha em risco a ordem ou incolumidade pública.

Art. 4º - O § 1º do art. 60 do Código Penal passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - A multa pode ser aumentada se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz, embora aplicada no máximo."

Art. 5º - Ao art. 83 do Código Penal é acrescido o seguinte inciso:

"Art. 83 -
.....

V - cumprido mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza."



Art. 6º - Os arts. 157, § 3º; 159, **caput**, e seus §§ 1º, 2º e 3º; 213; 214; 223, **caput** e seu parágrafo único; 267, **caput**, e 270, **caput**, todos do Código Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 157 -

§ 3º - Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de cinco a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa.

.....

Art. 159 -

Pena - reclusão, de oito a quinze anos.

§ 1º -

Pena - reclusão, de doze a vinte anos.

§ 2º -

Pena - reclusão, de dezesseis a vinte e quatro anos.

§ 3º -

Pena - reclusão, de vinte e quatro a trinta anos."

.....

Art. 213 -

Pena - reclusão, seis anos a dez anos.

Art. 214 -

Pena - reclusão, de seis a dez anos.

.....

Art. 223 -

Pena - reclusão, de oito a doze anos.

Parágrafo único -

Pena - reclusão, de doze a vinte e cinco anos.

.....

Art. 267 -

Pena - reclusão, de dez a quinze anos.

.....

Art. 270 -

Pena - reclusão, de dez a quinze anos.

....."

Art. 7º - Ao art. 159 do Código Penal fica acrescido o



seguinte parágrafo:

"Art. 159 -

§ 4º - Se o crime é cometido por quadrilha ou bando, o co-autor que denunciá-lo à autoridade, facilitando a libertação do seqüestrado, terá sua pena reduzida de um a dois terços."

Art. 8º - Será de três a seis anos de reclusão a pena prevista no art. 288 do Código Penal, quando se tratar de crimes hediondos, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins ou terrorismo.

Parágrafo único - O participante e o associado que denunciar à autoridade o bando ou quadrilha, possibilitando seu desmantelamento, terá a pena reduzida de um a dois terços.

Art. 9º - As penas fixadas no art. 6º para os crimes capitulados no art. 157, § 3º, 158, § 2º, 159, **caput** e seus §§ 1º, 2º e 3º, 213, **caput**, e sua combinação com o art. 223, **caput** e parágrafo único, 214 e sua combinação com o art. 223, **caput** e parágrafo único, todos do Código Penal, são acrescidas de metade, respeitado o limite superior de trinta anos de reclusão, estando a vítima em qualquer das hipóteses referidas no art. 224 também do Código Penal.

Art. 10 - O art. 35 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, passa a vigorar acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 35 -

Parágrafo único - Os prazos procedimentais deste Capítulo serão contados em dobro quando se tratar dos crimes previstos nos arts. 12, 13 e 14."

Art. 11 - Fica acrescido de § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único, o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, com a seguinte redação:

"Art. 112 -

§ 2º - Excluem-se do regime previsto neste artigo os condenados por crime hediondo, prática da tortura, tráfico



ilícito de entorpecentes e drogas afins, e por terrorismo."

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de junho de 1990.

Relator Dep. ADYLSON MOTTA



005: [Substitutivo da Câmara dos

006:Deputados ao Projeto de

007:Lei nº 5.405-A, de 1990,

008:do Senado Federal (nº 50,

009:de 1990, na origem), que

010:"estabelece novas disposições

011:penais e processuais penais

012:para os crimes de seqüestro

013:e extorsão mediante seqüestro,

014:e dá outras providências."f

015:f

016:f

017:*Substitua-se o Projeto pelo seguinte:f

018:f

019:f

020: [Dispõe sobre os crimes hediondos,

021:nos termos do art. 5º, inciso

022:XLIII, da Constituição Federal,

023:e determina outras providências.f

024:f

025:f

026:f

027:*O CONGRESSO NACIONAL decreta:f

028:f

029:f

030:f

031: Art. 1º - São considerados hediondos os crimes

032:de larocínio (art. 157, § 3º, in fine), extorsão qualificada

033:pela morte (art. 158, § 2º), extorsão mediante seqüestro

034:e na forma qualificada (art. 159, caput), e seus §§ 1º,

035:2º e 3º), estupro (art. 213, caput, e sua combinação

036:com o art. 223, caput e parágrafo único), atentado violento

037:ao pudor (art. 214 e sua combinação com o art. 223, caput

038:e parágrafo único), epidemia com resultado morte (art.

039:2677, § 1º), envenenamento de água potável ou de substância

040:alimentícia ou medicinal, qualificado pela morte (art.

041:270, combinado com o art. 285), todos do Código Penal

042:(Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), e de

043:genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de

044:outubro de 1956), tentados ou consumados.f

045: Art. 2º - Os crimes hediondos, a prática da

046:tortura, otráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins

047:e o terrorismo são insuscetíveis de:f

048: I - anistia, graça e indulto;f

049: II - fiança e liberdade provisória.f

050: § 1º - A pena por crime previsto neste artigo

051:será cumprida integralmente em regime fechado.f

052: § 2º - Em caso de sentença condenatória, o juiz

053:decidiu fundamentadamente se o réu poderá apelar em

054: f

Â



CÂMARA DOS DEPUTADOS



054:liberdade. f

055: § 3º - A prisão temporária, sobre a qual dispõe

056:a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1990, nos crimes

057:previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias,

058:prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada

059:necessidade. f

060: Art. 3º - A União manterá estabelecimentos penais,

061:de segurança máxima, destinados ao cumprimento de penas

062:impostas a condenados de alta periculosidade, cuja permanência

063:em presídios estaduais ponha em risco a ordem ou incolumidade

064:pública. f

065: Art. 4º - O § 1º do art. 60 do Código Penal

066:passa a vigorar com a seguinte redação: f

067: ["§ 1º - A multa pode ser aumentada se o juiz

068:considerar que, em virtude da situação econômica

069:do réu, é ineficaz, embora aplicada no máximo." f

070: Art. 5º - Ao art. 83 do Código Penal é acrescido

071:o seguinte inciso: f

072: (q) Art. 5º - f

073: f f

074: ["V - cumprido mais de dois terços da pena,

075:nos casos de condenação por crime hediondo, prática

076:da totura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas

077:afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente

078:específico em crimes dessa natureza." f

079: Art. 6º - Os arts. 157, § 3º; 159, **caput**, e

080:seus §§ 1º, 2º e 3º; 213, **caput** e seu parágrafo único;

081:267, **caput**, e 270, **caput**, todos do Código Penal, passam

082:a vigorar com a seguinte redação: f

083: ["Art. 157 - f

084: [§ 3º - Se da violência resulta lesão corporal

085:grave, a pena é de reclusão, de cinco a quinze anos,

086:além da multa; se resulta morte, a reclusão é de

087:vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa. f

088: ["Art. 159 - f

089: [Pena - reclusão, de oito a quinze anos. f

090: [§ 1º - f

091: [Pena - reclusão, de doze a vinte anos. f

092: § 2º - f

093: [Pena - reclusão, de dezesseis a vinte e quatro

094:anos. f



CÂMARA DOS DEPUTADOS



095: [§ 3º - f

096: [Pena - reclusão, de vinte e quatro a trinta

097:anos." f

098: f

+ 099: ["Art. 213 - f

100: Pena - reclusão, seis anos a dez anos. f

- 101: Art. 214 - f

102: Pena - reclusão, de seis a dez anos. f

103: [f

104: Art. 223 - f

105: [Pena - reclusão, de oito a doze anos. f

106: Parágrafo único - f

107: [Pena - reclusão, de doze a vinte e cinco anos. f

108: f

109: Art. 267 - f

110: [Pena - reclusão, de dez a quinze anos. f

111: f

112: Art. 270 - f

113: Pena - reclusão, de dez a quinze anos. f

114: f f

115: Art. 7º - Ao art. 159 do Código Penal fica acrescido

116:o seguinte parágrafo: f

117: Art. 159 - f

118: f

119: ["§ 4º - Se o crime é cometido por quadrilha

120:ou bando, o co-autor que denunciá-lo à autoridade,

121:facilitando a libertação do seqüestrado, terá sua

122:pena reduzida de um a dois terços." f

123: Art. 8º - Será de três a seis anos de reclusão

124:a pena prevista no art. 288 do Código Penal, quando

125:se tratar de crimes hediondos, prática da tortura, tráfico

126:ilícito de entorpecentes e drogas afins ou terrorismo. f

127: Parágrafo único - O participante e o associado

128:que denunciar à autoridade o bando ou quadrilha, possibilitando

129:seu desmantelamento, terá a pena reduzida de um a dois

130:terços. f

131: Art. 9º - As penas fixadas no art. 6º para os

ACABOU ESPAÇO

PRONTO

002: f

DS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

SETOR 01

USADO : 05086

SETOR 02

USADO : 31832

SETOR 03

USADO : 20927

SETOR 04

USADO : 05133



TOTAL USADO : 62978 DISPONÍVEL : 00022 CARACTERES

&

L

001:manterão órgãos de atendimento gratuito para orientação dos con-

A

&4

&

L

001:sumidores.f

&

At

&

L

TEXTO VAZIO

?

SETOR 01 USADO : 00000 DISPONÍVEL : 05108 CARACTERES

&4

L130

130:seu desmantelamento, terá a pena reduzida de um a dois

M3

130:seu desmantelamento, terá a pena reduzida de um a dois

131:terços.f

FIM DO TEXTO

132: Art. 9º - As penas fixadas no art. 6º para os

133:crimes capitulados no art. 157, § 3º, 158, § 2º, 159,

134:caput e seus §§ 1º, 2º e 3º, 213, caput e sua combinação

135:com o art. 223, caput

A e seus parágrafos 1º, 2º e 3º, 213, caput, e sua combinação com o

134:caput e parágrafo único, 214 e sua combinação com o art.

135:223, caput e parágrafo único, todos do Código Penal,

136:são acrescidas de metade, respeitado o limite superior

137:de trinta anos de reclusão, estando a vítima em qualquer

138:das hipóteses referidas no art. 225 também do Código

139:Penal.f

?

SETOR 04 USADO : 05546 DISPONÍVEL : 04695 CARACTERES

140: Art. 10 -O art. 35 da Lei nº 6.368, de 21 de

141:outubro de 1976, passa a vigorar acrescido de parágrafo

142:único, com a seguinte redação:f

X 143: "Art. 35 - f

144: Parágrafo único - Os prazos procedimentais

145:deste Capítulo serão contados em dobro quando se



CÂMARA DOS DEPUTADOS

147: Art. 11 - Fica acrescido de § 2º, renumerando-se

148:o atual parágrafo único, o art. 112 da Lei nº 7.210, de

149:11 de julho de 1984, com a seguinte redação: f

150: "Art. 112 - f

151: f

152: § 2º - Excluem-se do regime previsto nest

153:artigo os condenados por crime hediondo, prática

154:da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas

155:afins, e por terrorismo." f

156: Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data de

157:sua publicação. f

158: Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário. f

159: f

160: CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 29 de junho de 1990. f





Ofício/PS/GSE- 143/90

Brasília, 24 de junho de 1990

Senhor Secretário,

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 50, de 1990, dessa Casa (nº 5.405-A, de 1990 na Câmara dos Deputados), que "dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e mais distinta consideração.

LUIZ HENRIQUE
Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Senador MENDES CANALE
DD. Primeiro Secretário do Senado Federal



Substitutivo da Câmara dos Deputados
ao Projeto de Lei nº 5.405-A, de
1990, do Senado Federal (nº 50, de
1990, na origem), que "estabelece
novas disposições penais e proces-
suais penais para os crimes de se-
questro e extorsão mediante se-
questro, e dá outras providências."

Substitua-se o Projeto pelo seguinte:

Dispõe sobre os crimes hediondos,
nos termos do art. 5º, inciso XLIII,
da Constituição Federal, e determina
outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - São considerados hediondos os crimes de la-
trocínio (art. 157, § 3º, *in fine*), extorsão qualificada pela
morte (art. 158, § 2º), extorsão mediante seqüestro e na forma
qualificada (art. 159, *caput*), e seus §§ 1º, 2º e 3º), estupro
(art. 213, *caput*, e sua combinação com o art. 223, *caput* e pará-
grafo único), atentado violento ao pudor (art. 214 e sua combi-



nação com o art. 223, **caput** e parágrafo único), epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º), envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal, qualificado pela morte (art. 270, combinado com o art. 285), todos do Código Penal (Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), e de genocídio (arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956), tentados ou consumados.

Art. 2º - Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de:

- I - anistia, graça e indulto;
- II - fiança e liberdade provisória.

§ 1º - A pena por crime previsto neste artigo será cumprida integralmente em regime fechado.

§ 2º - Em caso de sentença condenatória, o juiz decidirá fundamentadamente se o réu poderá apelar em liberdade.

§ 3º - A prisão temporária, sobre a qual dispõe a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1990, nos crimes previstos neste artigo, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

Art. 3º - A União manterá estabelecimentos penais, de segurança máxima, destinados ao cumprimento de penas impostas a condenados de alta periculosidade, cuja permanência em presídios estaduais ponha em risco a ordem ou incolumidade pública.

Art. 4º - O § 1º do art. 60 do Código Penal passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - A multa pode ser aumentada se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz, embora aplicada no máximo."

Art. 5º - Ao art. 83 do Código Penal é acrescido o se-



2

guinte inciso:

"Art. 83 -

.....
V - cumprido mais de dois terços da pena, nos casos de condenação por crime hediondo, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e terrorismo, se o apenado não for reincidente específico em crimes dessa natureza."

Art. 6º - Os arts. 157, § 3º; 159, **caput**, e seus §§ 1º, 2º e 3º; 213; 214; 223, **caput** e seu parágrafo único; 267, **caput**, e 270, **caput**, todos do Código Penal, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 157 -

§ 3º - Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de cinco a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa.
.....

Art. 159 -

Pena - reclusão, de oito a quinze anos.

§ 1º -

Pena - reclusão, de doze a vinte anos.

§ 2º -

Pena - reclusão, de dezesseis a vinte e quatro anos.

§ 3º -

Pena - reclusão, de vinte e quatro a trinta anos."
.....

Art. 213 -

Pena - reclusão, seis anos a dez anos.

Art. 214 -



11

Pena - reclusão, de seis a dez anos.

.....
Art. 223 -

Pena - reclusão, de oito a doze anos.

Parágrafo único -

Pena - reclusão, de doze a vinte e cinco anos.

.....
Art. 267 -

Pena - reclusão, de dez a quinze anos.

.....
Art. 270 -

Pena - reclusão, de dez a quinze anos.

....."
Art. 7º - Ao art. 159 do Código Penal fica acrescido o
seguinte parágrafo:

"Art. 159 -

.....
§ 4º - Se o crime é cometido por quadrilha ou bando, o
co-autor que denunciá-lo à autoridade, facilitando a liber-
tação do seqüestrado, terá sua pena reduzida de um a dois
terços."

Art. 8º - Será de três a seis anos de reclusão a pena
prevista no art. 288 do Código Penal, quando se tratar de crimes
hediondos, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes
e drogas afins ou terrorismo.

Parágrafo único - O participante e o associado que de-
nunciar à autoridade o bando ou quadrilha, possibilitando seu
desmantelamento, terá a pena reduzida de um a dois terços.

Art. 9º - As penas fixadas no art. 6º para os crimes
capitulados no art. 157, § 3º, 158, § 2º, 159, caput e seus §§



1º, 2º e 3º, 213, **caput**, e sua combinação com o art. 223, **caput** e parágrafo único, 214 e sua combinação com o art. 223, **caput** e parágrafo único, todos do Código Penal, são acrescidas de metade, respeitado o limite superior de trinta anos de reclusão, estando a vítima em qualquer das hipóteses referidas no art. 224 também do Código Penal.

Art. 10 - O art. 35 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, passa a vigorar acrescido de parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 35 -

Parágrafo único - Os prazos procedimentais deste Capítulo serão contados em dobro quando se tratar dos crimes previstos nos arts. 12, 13 e 14."

Art. 11 - Fica acrescido de § 2º, renumerando-se o atual parágrafo único, o art. 112 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, com a seguinte redação:

"Art. 112 -

§ 2º - Excluem-se do regime previsto neste artigo os condenados por crime hediondo, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e por terrorismo."

Art. 12 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 29 de junho de 1990.

Ass. de Anst.

CÂMARA DOS DEPUTADOS SEÇÃO DE SINOPSE	PROJETO DE LEI N.º 5.405	de 19 90	A U T O R
E M E N T A	Estabelece novas disposições penais e processuais penais para os crimes de seqüestro e extorsão mediante seqüestro, e dá outras providências.		SENADO FEDERAL (Sen. ODACIR SOARES) PFL - RO PLS Nº 50/90.
A N D A M E N T O			Sancionado ou promulgado
			Publicado no Diário Oficial de
			Vetado
			Razões do veto-publicadas no
	<p><u>MESA</u> Despacho: (À Comissão de Constituição e Justiça e de Redação - APENSE-SE A ESTE O PROJETO DE LEI Nºs 2.105/89, 4.252/89, 5.270/90, 5.281/90 e 5.355/90).</p> <p><u>PLENÁRIO</u> É lido e vai a imprimir. DCN</p>		<p>ANEXO: PL Nº 2.105/89 4.252/89 5.270/90 5.281/90 5.355/90</p>
	<u>MESA</u>		
	APENSADO A ESTE O PROJETO DE LEI Nº 2.105/89.		
	<u>MESA</u>		
	APENSADO A ESTE O PROJETO DE LEI Nº 4.252/89		
	<u>MESA</u>		
	APENSADO A ESTE O PROJETO DE LEI Nº 5.270/90.		
	<u>MESA</u>		
	APENSADO A ESTE O PROJETO DE LEI Nº 5.281/90.		
	<u>MESA</u>		
	APENSADO A ESTE O PROJETO DE LEI Nº 5.281/90.		

VIDE VERSO...



ANDAMENTO

PL. 5.405/90

MESA

APENSADO A ESTE O PROJETO DE LEI Nº 5.355/90

PLENÁRIO

28.06.90

Aprovado requerimento dos Dep. Miro Teixeira, na qualidade de líder do PDT; Gastone Righi, líder do PTB; Ibsen Pinheiro, líder do PMDB; Paulo Paim, na qualidade de líder do PT; Roberto Freire, líder do PCB; Ricardo Izar, na qualidade de líder do PL; Ibrahim Abi-Ackel, na qualidade de líder do PDS; Erico Pegoraro, na qualidade de líder do PFL; Aldo Arantes, na qualidade de líder do PCdoB; e Robson Marinho, na qualidade de líder do PSDB, solicitando URGÊNCIA, urgentíssima, para este projeto, nos termos do art. 155 do Regimento Interno.

Questão de Ordem do Dep. Theodoro Mendes respondida pelo Sr. Presidente.

O Sr. Presidente anuncia a discussão única.

O Sr. Presidente designa o Dep. Roberto Jefferson para proferir parecer a este projeto, em substituição à Comissão de Constituição e Justiça e Redação, que conclui pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo.

Encerrada a discussão.

Em votação o Substitutivo da CCJR: APROVADO.

Prejudicados este projeto e os PLs.: 2.105/89, 4.252/89, 5.270/90, 5.281/90 e 5.355/90.

Vai à Redação Final.

DCN

PLENÁRIO

Em votação a Redação Final oferecida pelo relator, Dep. ADYLLSON MOTTA: APROVADA.

Vai ao Senado Federal.

(PL. 5.405-A/90).

DCN

AO SENADO FEDERAL, PELO OF. PS/GSE/



CÂMARA DOS DEPUTADOS

11 JUL 1990 018407

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÕES
PROTOCOLO GERAL



SM/Nº 245

Em 11 de julho de 1990

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para que se digne levar ao conhecimento da Câmara dos Deputados, que o Senado Federal aprovou o substitutivo dessa Casa ao Projeto de Lei nº 50, de 1990, no Senado Federal (nº 5.405-A, de 1990, na Câmara dos Deputados), que "dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências".

Outrossim, comunico a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e mais distinta consideração.

SENADOR POMPEU DE SOUSA
Primeiro Secretário, em exercício

PRIMEIRA SECRETARIA

Em 01/08/90

Secretaria

p. Deputado LUIZ HENRIQUE
Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Deputado LUIZ HENRIQUE
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
RFR/.

01/08/90
Secretaria Mesa

NOVO REGIMENTO

CÂMARA DOS DEPUTADOS



27 JUN 09 55 016778

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÕES
PROTOCOLO GERAL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SENADO FEDERAL)

PLS Nº 050/90



ASSUNTO:

Estabelece novas disposições penais e processuais penais para os crimes de seqüestro e extorsão mediante seqüestro, e dá outras providências.

DESPACHO: CONST. E JUSTIÇA E DE RED. - APENSE-SE A ESTE OS PL Nºs 2.105/89, 4.252/89, 5.270/90, 5.281/90, 5.355/90.

AO ARQUIVO em 28 de JUNHO de 1990

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

90

DE 19

5405

PROJETO N.º